

PEDIDO DE CONTRAPONTO - PORTAL CATARINAS - ENCHENTE DE 2024:

Com base em relatos de voluntárias que atuaram na linha de frente e em levantamentos realizados, solicitamos um posicionamento do governo estadual sobre os seguintes pontos:

1- Informações atualizadas:

Gostaríamos de confirmar se os dados mais recentes indicam que 27 pessoas continuam desaparecidas e 1.328 permanecem desabrigadas em Canoas, Porto Alegre, Canela, Encantado, Cruzeiro do Sul, São Jerônimo, Arroio do Meio e Arroio do Tigre.

RESPOSTA

Sim, o número de desaparecidos em razão da enchente de maio segue 27.

O número de desabrigados é atualizado periodicamente no seguinte link:

Monitoramento de Abrigos

2- Falta de coordenação na resposta à crise:

Ativistas relataram que a falta de coordenação geral dificultou o atendimento especializado para mulheres e meninas. Problemas apontados incluem:

- Ausência de informações claras sobre serviços disponíveis, como o serviço de aborto legal e voltados para a saúde da mulher.
- Dificuldades no atendimento de ocorrências relacionadas à violência contra mulheres nos abrigos.
- Falta de suporte adequado para mulheres gestantes, puérperas e no acesso a contraceptivos e medicamentos.

O que o governo do Estado tem a dizer sobre esses relatos?

RESPOSTA

A gestão de abrigos é responsabilidade dos municípios onde foram instituídos. Portanto, as situações relatadas devem ser questionadas aos municípios nos quais os abrigos apontados foram estabelecidos.

Centros Humanitário de Acolhimento (CHAs)

O governo do Estado atuou diretamente nos Centros Humanitários de Acolhimentos (CHAs) estabelecidos em Porto Alegre e Canoas, em parceria direta com a Agência da ONU para as Migrações (OIM), responsável pela gestão dos espaços, e com a Agência da ONU para Refugiados (Acnur).

Os CHAs contam com dormitórios individualizados e setorizados para grupos familiares, homens, mulheres e a ala LGBTQIAP+, tendo banheiros exclusivos para cada ala. Além disso, há espaços de refeitório, lavanderia coletiva, posto médico, policiamento 24h, ambientes multiuso, parquinhos para as crianças e salas de conectividade (acesso à internet e carregamento de telefones). Para gestantes, puérperas e lactantes, os centros também têm espaços de berçário, fraldário e lactário. Os CHAs oferecem ainda assistência médica e social permanente aos acolhidos, justamente para orientar e encaminhar as pessoas aos serviços de saúde e assistência oferecidos pelo Estado.

Para promover um atendimento humanitário e qualificado, conforme as normas da OIM, a Organização organiza diversas atividades, periodicamente, voltadas para as áreas de proteção, saúde psicossocial, prevenção de exploração e abuso sexual (PSEA) e comunicação com as comunidades, com seus funcionários(as) e pessoas acolhidas nos CHAs.

O policiamento 24h, além de reforçar a vigilância nos locais, também assegura atendimento para registro de ocorrências. Todas as denúncias de violência contra a mulher levadas ao conhecimento das autoridades receberam atendimento, resultando inclusive em aberturas de inquérito e prisão de agressores. O Estado solicita que a reportagem aponte casos específicos para que se possa analisar eventual ausência de atendimento, de forma a imediatamente encaminhar as medidas necessárias.

Casa Violeta: abrigo exclusivo para mulheres e crianças

Além de todo o suporte oferecido nos CHAs, em maio de 2024, o governo do Estado criou a Casa Violeta, localizada em Porto Alegre, como resposta à necessidade de acolher mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade social causadas pelas enchentes. Voltada para permanência estendida de até um ano, a iniciativa é pioneira no atendimento a esse público, incluindo também a possibilidade de acolhimento de seus animais de estimação, com espaço reservado e atendimento veterinário.

A criação da Casa Violeta foi conduzida pelo médico Thalís Bolzan, marido do governador Eduardo Leite, e pela Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH), em parceria com a Me Too Brasil e o Instituto Survivor, responsáveis pela gestão do espaço. Foram investidos R\$ 103 mil da Secretaria da Educação (Seduc) em reparos e manutenção do espaço, e entre julho e dezembro de 2024, a SJCDH destinou mais R\$ 435 mil para serviços terceirizados, vigilância armada e outras despesas operacionais.

Com capacidade para acolher até 190 pessoas, o espaço é voltado para mulheres em situação de vulnerabilidade e seus filhos (meninas até 18 anos e meninos até 12 anos). O abrigo conta com 14 dormitórios, que receberam os nomes de mulheres voluntárias que atuaram no auxílio às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul.

A estrutura da Casa Violeta foi planejada para promover o bem-estar e o acolhimento das famílias. Entre os ambientes disponíveis estão brinquedoteca, fraldário, espaço multiuso, salas de capacitação, salas de bem-estar e atendimento psicológico, consultórios, refeitório, cozinha, lavanderia, farmácia, almoxarifado, espaço pet com casinhas e camas, e depósitos para alimentos, itens de limpeza e roupas.

A gestão é realizada pelo Instituto Survivor e pela Me Too Brasil. O Instituto Survivor é uma associação de defesa de direitos sociais que oferece acolhimento emocional, escuta especializada, aconselhamento jurídico e estratégias de empoderamento para mulheres vítimas de violência. Já a Me Too Brasil atua no enfrentamento da violência sexual e no atendimento a sobreviventes desse tipo de crime. Ambas as instituições garantem o funcionamento do espaço, incluindo o fornecimento de alimentação.

Além disso, o governo estadual, por meio da SJCDH, assegura a manutenção de serviços essenciais como limpeza, conservação, água, luz, gás e internet. A vigilância armada no

local é realizada exclusivamente por mulheres, reforçando a segurança e a sensação de proteção às acolhidas.

A Casa Violeta simboliza um esforço conjunto entre governo, sociedade civil e voluntários para oferecer um ambiente seguro, estruturado e acolhedor para as mulheres e crianças em um momento de extrema vulnerabilidade, demonstrando o compromisso do Estado em garantir dignidade e suporte a quem mais precisa.

Parceria com UNFPA e MDS

O governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes), atuou conjuntamente com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e com o Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome (MDS) na construção do “Guia de combate à violência de gênero”, que foi lançado em novembro de 2024. O guia tem o propósito de apoiar a resposta humanitária em cenários de emergência, oferecendo recomendações práticas e estratégicas para garantir que as sobreviventes de violência de gênero tenham acesso a serviços especializados, de qualidade e adequados às suas necessidades em situações de crise.

Além disso, a pasta conta com consultores da UNFPA que acompanham as equipes nos apoios técnicos com o intuito de levar informações sobre violência de gênero. Desde o início da parceria, a agência prestou 21 apoios técnicos nas cidades de Canoas, Alvorada, Santo Antônio da Patrulha, Cachoeirinha, Guaíba, Jaguarí, Faxinal do Soturno, Sobradinho, Uruguaiana, Erechim, Montenegro, Santa Cruz do Sul, Lajeado, Santa Maria, Santiago, São Borja, Canela, Caxias do Sul, Charqueadas, Pelotas e São Jerônimo. Os encontros têm o objetivo de fortalecer as capacidades técnicas e habilidades das pessoas trabalhadoras que atuam nos serviços da rede socioassistencial, especialmente no enfrentamento à violência baseada no gênero.

3- Conselho Estadual dos Direitos da Mulher:

Quando ocorreu a enchente, o Conselho operava em um prédio alugado pelo governo, sem telefone, computadores ou acesso à internet, dificultando o atendimento às mulheres. Como o Estado explica essa situação? Qual é a condição atual da sede?

RESPOSTA

Durante a enchente de maio de 2024, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher operava em uma sala localizada em um prédio anexo ao Centro de Referência da Mulher Vânia Araújo Machado (CRM-VAM), em Porto Alegre. Naquele momento, aguardava-se a conclusão de um serviço realizado pela Procergs, que incluía obras necessárias para viabilizar a instalação de internet e telefonia no local. No entanto, os danos causados pela enchente também afetaram a infraestrutura da Procergs, o que atrasou a conclusão do serviço.

Mesmo diante dessa situação adversa, é fundamental destacar que o atendimento às mulheres não foi interrompido em nenhum momento. Os serviços continuaram sendo realizados na sede do CRM-VAM, em integração com o Departamento de Políticas para as Mulheres, da SJCDH.

Atualmente, a situação encontra-se regularizada. A sala do Conselho foi equipada com

internet, ar-condicionado e computadores já em funcionamento. Além disso, está em processo de aquisição uma linha de telefone celular que será destinada exclusivamente ao atendimento do Conselho.

4- Plano Rio Grande:

O programa Plano Rio Grande teria investido R\$ 2,4 bilhões em medidas para mitigar os impactos das chuvas. Confirma-se esse valor? Quais ações foram implementadas até agora? Parte desse montante será destinado à recuperação de casas das pessoas atingidas?

RESPOSTA

O Plano Rio Grande é o programa de Reconstrução, Adaptação e Resiliência Climática do Rio Grande do Sul, que propõe medidas de curto, médio e longo prazo, para atenuar os impactos causados pelas enchentes que assolaram o Estado em 2024. Até o momento, o Plano Rio Grande já disponibilizou mais de R\$ 5,4 bilhões em ações e programas das mais diversas frentes de atuação do Estado, que podem ser conferidas e acompanhadas no site neste link: [Investimentos do Plano Rio Grande - Plano Rio Grande](#).

Alguns exemplos de medidas emergenciais já tomadas e que pretendem minimizar o impacto de uma possível nova crise meteorológica são os repasses Fundo a Fundo da Defesa Civil para municípios gaúchos aplicarem em limpeza e desobstrução de vias, a instalação de um novo radar meteorológico, qualificação dos alertas para a população (nova tecnologia cell broadcast), além de promover a realocação de famílias atingidas pelas chuvas em casas temporárias, localizadas em zonas distantes das afetadas pela enchente.

Nesse caso, até o momento, 332 moradias temporárias já foram entregues em sete cidades. O planejamento do governo do RS prevê 500 módulos desse modelo, com investimento de R\$ 66,7 milhões. Em Porto Alegre, 80 unidades estão em fase de instalação e atenderão parte significativa das famílias do CHA Vida. Cada módulo habitacional, de 27 m², é composto por dormitório, sala e cozinha conjugadas e banheiro, sendo entregue com mobiliário sob medida, fogão e geladeira. Além disso, as famílias receberão cestas básicas mensais por um ano e acesso a cursos de qualificação profissional. A infraestrutura local inclui energia elétrica, saneamento básico, transporte público, unidades de saúde e segurança pública, com patrulhamento da Brigada Militar e Guarda Municipal.

O Estado também atuou com a política pública de Aluguel Social e Estadia Solidária, repassando aos municípios R\$ 400,00 por família no período de seis meses ou um ano, para custear o acolhimento em aluguel social ou na residência de terceiros. Esse benefício é cofinanciado pelas prefeituras com uma contrapartida mínima de 50%. Até o momento, foram repassados R\$ 37,1 milhões, beneficiando 8.345 famílias de 52 cidades. Ainda no âmbito da habitação, o Estado está investindo R\$ 58,7 milhões na construção de 422 residências definitivas em 11 municípios.

Outras medidas de médio e longo prazo estão sendo tomadas, como a revisão dos Plano Diretores dos municípios do Vale do Taquari, desassoreamento dos rios de pequeno porte (investimento de R\$ 300 milhões), implementação dos sistemas de contenção de cheias (em parceria com a União, com fundo específico de R\$ 6,5 bilhões), entre outras ações.

5- Gestão de abrigos:

Segundo voluntárias, os primeiros abrigos foram organizados por civis, com a entrada tardia dos governos municipal e estadual. Essa informação procede? Quantos abrigos foram geridos pelo Estado, quando foram organizados e em quais localidades?

RESPOSTA

O Governo do Rio Grande do Sul atuou com ações emergências de resgate e acolhimento às vítimas desde o primeiro dia da enchente histórica que assolou o Estado. Seguindo as práticas de atuação em rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a implantação e gestão de abrigos foi gerenciada pelos municípios nos territórios atingidos.

Para auxiliar as prefeituras, o Estado ainda elaborou e disponibilizou a todos os municípios um informativo que reúne sugestões para a construção das regras de convivência nos Alojamentos Provisórios, com a finalidade de apoiar as equipes do SUAS, parceiros, voluntários e pessoas acolhidas. O informativo está disponível nesse link: <https://sosenchentes.rs.gov.br/upload/arquivos/202405/31133346-snas-regras-de-convivencia-nos-alojamentos-provisorios-2.pdf>

Além disso, a Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes) estabeleceu desde os primeiros dias um monitoramento dos abrigos implantados pelos municípios e realizou também o Censo dos Abrigos, para auxiliar na identificação do perfil da população abrigada e identificar necessidades de suporte.

A Sedes ainda reservou R\$ 12 milhões para a política pública de Auxílio Abrigamento, com repasses aos municípios para auxiliar na manutenção dos abrigos. Gestores municipais tiveram até 17 de julho para preenchimento do plano de ação para o cofinanciamento extraordinário do Auxílio Abrigamento. Cada município recebe R\$ 150 por pessoa desabrigada e acolhida. Para ter direito ao auxílio, os abrigos do município devem ter respondido ao censo aplicado pela Sedes. Até o momento, foram feitos cinco lotes de pagamentos, totalizando R\$ 6.684.900 para 75 municípios.

O Estado ainda teve atuação decisiva por meio do repasse de doações administradas pela Defesa Civil Estadual. Ao todo, até dezembro de 2024, foram repassadas 6,3 toneladas de doações como alimentos, 475 mil kits de roupas, 45 mil colchões, 80 mil kits de itens de higiene e limpeza e 774 mil kits de higiene pessoal.

A Sedes também intermediou a vinda de profissionais de assistência social de outros estados para reforçar as ações de atendimento à população afetada dentro da política do SUAS por meio de uma articulação de cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome (MDS), que enviou equipes da Força Nacional do SUAS (Forsuas), e com o Fórum Nacional de Secretários de Assistência Social (Fonseas).

Os municípios de Canoas, Porto Alegre, Eldorado do Sul, Cruzeiro do Sul, Sinimbu e Novo Hamburgo contaram com equipes da Forsuas e a parceria com o Fonseas trouxe para o Estado 45 profissionais de assistência social dos estados do Pará, Paraná, Amazonas, Minas Gerais e Mato Grosso que atuaram nos municípios de Canoas, São Leopoldo,

Cruzeiro do Sul, Sinimbu, Eldorado do Sul, Porto Alegre e Guaíba.

6- Relatos de violência:

Quantos casos de abuso sexual e violência doméstica foram registrados durante a enchente? Poderiam encaminhar também os números relativos ao mesmo período do ano anterior para comparação?

RESPOSTA

Os indicadores da Segurança Pública são trabalhados por mês, não por ocorrência ou evento. Neste caso, é preciso destacar que o período da enchente transcorreu ao longo do mês de maio de 2024, ao mesmo tempo que a totalidade dos números do mês não estão atrelados ao evento em si, tendo situações que ocorreram fora do contexto da enchente. Os números extraídos de maio de 2024, comparados com maio de 2023, apontam que diminuíram as ocorrências. São eles:

	Maio/23	Maio/24
Ameaça (-28%)	2.597	1.880
Estupro (-38%)	253	158
Lesão Corporal (-21%)	1.410	1.114

Fonte: SSP

Ao longo do período da enchente, a Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul disponibilizou policiamento em todos os abrigos instalados no Estado, com reforço também de mais de mil policiais militares da reserva e mais de 400 policiais civis aposentados. Todas as ocorrências envolvendo abuso sexual ou violência doméstica foram devidamente registradas e acompanhadas, resultando na prisão dos envolvidos e em medidas de proteção às vítimas.

7- Falta de recursos nos abrigos:

Voluntárias mencionaram que, além de relatos de violência contra mulheres, houve falta de luz, água e itens essenciais, como absorventes, fraldas e leite em pó. Confere essa informação? Qual foi a atuação do governo estadual nesse contexto?

RESPOSTA

Como já informado nas perguntas anteriores, a implantação e gestão dos abrigos foi feita pelos municípios. Os eventuais casos apontados pelas voluntárias devem ser questionados às prefeituras dos locais onde teriam ocorrido.

Vale lembrar, contudo, que o Estado disponibilizou aos municípios a política pública de Auxílio Abrigamento, com repasse de recursos do tesouro estadual para custear a manutenção de abrigos. Até o momento, foram feitos cinco lotes de pagamentos, totalizando R\$ 6.684.900 para 75 municípios.

Nos CHAs e na Casa Violeta, estruturas implantadas e geridas pelo Estado, não houve qualquer episódio de desabastecimento de itens essenciais.